

Nesta Edição:

- Senado aprova PEC sobre Tratados, Acordos e Atos Internacionais;
- CM aprova parecer à MPV que eleva a adição de biodiesel ao óleo diesel;

Audiências Públicas:

- Comissão Mista realizada audiência pública para apreciar a MPV 651/2014;
- Comissão de Assuntos Econômicos debate Política Monetária;
- CDEIC debate alterações no Imposto sobre Serviços para Municípios;

Senado aprova PEC sobre Tratados, Acordos e Atos Internacionais

O Plenário do Senado Federal aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda Constitucional 35 de 2011, de autoria do senador Luiz Henrique (PMDB/SC), que visa estabelecer que os tratados, acordos e atos internacionais submetidos ao Congresso Nacional poderão tramitar em regime de urgência, se requerido pelo Presidente da República ou por deliberação da Casa em que se encontrarem.

Originariamente a Proposta da Emenda pretendia tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais. Essa redação, porém não prosperou, em virtude de acolhimento e aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça de emenda substitutiva conferindo o texto hoje aprovado.

A Proposta será encaminhada à Câmara dos Deputados, para discussão e votação e dois turnos.

CM aprova parecer à MPV que eleva a adição de biodiesel ao óleo diesel

A Comissão Mista constituída para analisar a Medida Provisória 647, que trata sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, aprovou na tarde de hoje o relatório final, do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP). A aprovação ocorreu após debates e resultou na apresentação de complementação de voto que retirou grande parte dos artigos incluídos pelo relator, dentre eles o texto que beneficiava as indústrias eletrointensivas da região Nordeste.

O PLV que segue para o Plenário da Câmara dos Deputados aumenta o percentual de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, dos atuais 5% para: i) 6% a partir de 1º de julho de 2014; e ii) 7% a partir de 1º de novembro de 2014.

De acordo com a redação aprovada na Comissão, o Poder Executivo poderá, também, elevar o percentual de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina até o limite de 27,5% desde que constatada sua viabilidade técnica.

A MP perde a validade no dia 09 de outubro de 2014.

Audiências Públicas:

CM realizada audiência pública para apreciar a MPV 651/2014

A Comissão Mista que analisa a MPV 651/2014, realizou hoje audiência pública para debater as matérias constantes da medida que dispõe sobre: i) fundos de índice de renda fixa; ii) responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundo ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; iii) a isenção de imposto sobre a alienação de ações para pequenas e médias empresas; iv) reabertura do REFIS; e outros assuntos.

Convidados para debater a matéria:

- ✓ Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário-Executivo adjunto do Ministério da Fazenda;
- ✓ Alexandre Comim, Secretário-Executivo adjunto de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- ✓ Nelson Teixeira da Silva, Gerente de Projeto da Secretaria Nacional de Habitação;
- ✓ **Flávio Castelo Branco**, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e
- ✓ Roberto Belchior da Silva, Diretor Jurídico da BM&F Bovespa.

O Presidente da comissão, Senador Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a importância da medida. Informou que a apreciação da matéria deverá ocorrer entre o primeiro e segundo turno das eleições. Também comentou a importância de ajustar a utilização do prejuízo fiscal para pagamento de parcelamento dos débitos não tributários e não somente dos de natureza tributária.

Dyogo Henrique de Oliveira analisou todos os itens contemplados na Medida Provisória informando que vieram para contribuir na melhora do desempenho da indústria brasileira.

Alexandre Comim destacou o esforço realizado para a desoneração do setor. citou como pontos favoráveis, o prazo indeterminado para a desoneração da folha de pagamento aos setores já contemplados, como também o prazo indeterminado do REINTEGRA. Esclareceu que não há espaço fiscal para ampliar a desoneração da folha para novos setores e que as alíquotas do REINTEGRA iniciarão em percentuais baixos pelo mesmo motivo. Sugeriu que se mantenha com o Executivo a regulação das alíquotas do REINTEGRA e não seja fixado em lei.

Nelson Teixeira da Silva, destacou a importância do aumento do fundo garantidor habitacional utilizado para garantir os danos físicos aos imóveis, bem como as prestações em caso de morte e invalidez e perda temporária de renda dos mutuários contemplados no Programa Minha Casa Minha Vida. Essa garantia substitui o seguro pago pelos mutuários no financiamento do imóvel constata do programa reduzindo o custo mensal em até 30% ao mutuário.

Flávio Castelo Branco, representante da CNI, informou que o balanço do primeiro semestre de 2014 mostra queda da produção e das horas trabalhadas, gerando ociosidade do parque fabril. O reflexo da baixa atividade já se evidencia também no mercado de trabalho: o indicador de emprego da CNI caiu em junho pelo quarto mês consecutivo..

Destacou que a MPV atende a retomada do investimento e consecutivamente a retomada do setor industrial. Dentre os pontos destacou o retorno do REINTEGRA e a desoneração da folha de pagamento em caráter permanente, trazendo mais segurança e um horizonte para o planejamento das empresas.

Mencionou a importância do programa de abertura de capital para pequenas e médias empresas, com a redução do custo e facilidade, incentivando essas empresas a captarem recursos financeiros mais baratos. A reabertura do REFIS em condições mais favoráveis às empresas, permitirá a retomada da normalidade de suas atividades, pois a inadimplência fiscal é prejudicial ao empresariado.

Roberto Belchior, destacou o apoio a algumas emendas que se referem aos fundos de investimento e formas de tributação trazendo mais segurança jurídica às novas normas contidas na MPV. Por outro lado discordou das emendas que pretendem alterar a desobrigação de publicação do balanço e resultados em jornais de grande circulação para as empresas que fizerem parte do programa de abertura de capitais de pequenas e médias empresas, pois seria um retrocesso a uma conquista trazida pela MPV.

No final da audiência o relator Deputado Newton Lima (PT/SP) informou que a MPV veio ao encontro das reivindicações do setor. Destacou a necessidade da participação em nova audiência de setores importantes que estão reivindicando possíveis modificações na medida.

Assim, a audiência pública foi suspensa, com a continuidade marcada para o dia 02/09/2014, sendo convidado para esse dia: Rodolfo Zabinsky, Coordenador do Brasil+Competitivo; Elisabeth Fanina - Diretora Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA); Carlos Butch Pastoriza - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Reginaldo Arcuri - Presidente de Grupo FarmaBrasil; Franco Pallamolla - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e Laboratórios (ABIMO); e Fernando Figueiredo – ABIQUIM;

Comissão de Assuntos Econômicos debate Política Monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal realizou, nesta manhã, audiência pública para debater as diretrizes, implementação e perspectivas da Política Monetária brasileira com o presidente do Banco Central do Brasil, **Alexandre Tombini**.

O presidente do Banco Central iniciou sua participação tecendo considerações acerca dos desdobramentos da conjuntura internacional na atividade econômica e no nível de preços brasileiro. Segundo Tombini, ao longo dos últimos meses, o aumento da liquidez nos países desenvolvidos não se traduziu em fortalecimento das expectativas dos empresários e investidores. Com efeito, a lentidão da recuperação econômica global vem provocando revisão pra baixo das expectativas de crescimento não apenas no Brasil, mas também em outros mercados emergentes e em países desenvolvidos. Tombini, no entanto, diz que o Banco Central trabalha com a perspectiva da continuidade da recuperação global e que irá monitorar a situação da Argentina e de outros parceiros comerciais.

No que diz respeito ao cenário interno, a avaliação do Banco Central é de que a atividade econômica será menor em 2014 em relação a 2013. Tombini aponta que o aumento do crédito caminha em descompasso com o declínio da taxa de investimento. Enquanto as projeções indicam que a agricultura contará com recorde de produção, a perspectiva é de que o setor de serviços irá desacelerar levemente, enquanto que a indústria logrará recuo da produção. Na avaliação do presidente do Banco Central, no entanto, os fundamentos de longo prazo se mantêm sólidos com as concessões de infraestrutura e outras políticas do governo.

Tombini se mostrou otimista quanto à eficácia da Política Monetária. Voltou a afirmar que a inflação está sob controle e que o IPCA irá fechar o ano de 2014 dentro da meta. A perspectiva de médio prazo é de convergência em direção ao centro da meta (4,5%).

CDEIC debate alterações no Imposto sobre Serviços para Municípios

Nesta manhã, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar 366/2013, que fixa em 2% a alíquota mínima de ISS. A iniciativa determina também que o ISS não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros que resulte em uma carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida e inclui novos serviços à relação sujeita à tributação pelo ISS (setores ligados à tecnologia da informação; à locação empresarial de bens móveis e imóveis; ao saneamento ambiental; à composição gráfica; e à veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos, radiodifusão sonora e de sons e imagem de recepção livre e gratuita; dentre outros).

Como convidados, estiveram presentes: Maurício Cazati Jr, da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ); Zabetta Macarini Carmignani Gorissen, do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap); Daisy Kosmalski, da Associação Brasileira de Mídia Out Of Home (ABMOOH); Sonia Regina Piassa, da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro); Paulo Gomes de Oliveira Filho, da Associação Brasileira das Produtoras de Fonogramas Publicitários (Aprosom); e Levi Ceregato, da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf).

Maurício Cazati Jr, da IBÁ, manifestou o apoio da Associação ao Projeto, o qual unifica o ISS em todos os municípios. No sentido de aperfeiçoar o texto da matéria, sugeriu incluir na lista de itens tributados pelo imposto os serviços florestais, a fim de evitar dúvidas e interpretações equivocadas. Adicionalmente, sugeriu que haja a garantia de que os benefícios concedidos anteriormente, com prazo determinado, sejam preservados após a publicação da Lei – já que a nulidade afetaria as benfeitorias e investimentos concedidos anteriormente.

Zabeta Macarini Carmignani Gorissen, do GETAP, lembrou que, de acordo com as disposições do projeto, ainda que haja lei publicada, nas ocasiões em que o prestador de serviço tiver acordo com o Município, o tomador de serviço, quando não conhecer os termos desse acordo, encontrará insegurança jurídica. Ademais, o texto estabelece a responsabilidade ao tomador do serviço pelo cumprimento de eventuais autuações.

Zabeta Gorissen pontuou que as regras de transição deveriam valer além do período de um ano previsto no texto. Nesse sentido, o ideal seria que esse período fosse flexibilizado para que o tomador do serviço possa se adequar à nova legislação, já que seria ele o responsável pelo recolhimento do tributo - o mesmo se aplicaria aos prestadores do serviço, já que eles deverão repactuar todos os seus acordos.

A representante do GETAP pontuou que o PLP 366/2013 é uma oportunidade para dirimir o conflito relativo à incidência da tributação do ICMS e do ISS.

Importante ponto levantado foi a diminuição da competitividade dos serviços brasileiros quando exportados, em decorrência da tributação. Nesse sentido, a sugestão apresentada foi a de ajustar o texto estabelecendo que toda vez que o beneficiário do serviço estiver no exterior, a operação seja configurada como uma exportação – dessa forma, ficaria sanado o questionamento em relação à incidência do ISS. Outra questão relacionada ao ganho de competitividade estaria relacionada à supressão de tributação de ISS dos serviços compartilhados sem tributação de ISS.

Zabeta comentou ainda sobre os aspectos negativos do recolhimento do ISS no local da utilização do cartão de crédito e da tendência ao retorno ao uso do cheque e da moeda, o que poderia aumentar a quantidade de cheques sem fundo, prejudicando a rentabilidade do comércio.

Daisy Kosmalsky, da ABMOOH, sinalizou o desejo do segmento de incluir o segmento de mídia externa na relação de bens sujeitos ao ISS e manifestou apoio ao texto aprovado no Senado, sem alterações. **Sonia Regina Piassa, da APRO**, pontuou a questão da tributação sobre a exportação de serviços.

Paulo Gomes de Oliveira Filho, da APROSOM, manifestou o desejo de que a cessão de direitos autorais não seja caracterizada como serviço, a fim de que não seja tributada pelo ISS.

Levi Ceregato, da ABIGRAF, manifestou o apoio à aprovação do PLP 366/2013, já que além da questão da competitividade e da redução da carga tributária, o projeto tende a solucionar o conflito de normas tributárias relativo ao ISS e ao ICMS, conferindo segurança jurídica ao setor.

Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil enfatizou a importância do projeto e a necessidade de revisão periódica da lista de itens sujeitos ao ISS, dado o progresso e a evolução das atividades. Atividade mutante, em constante evolução. Por isso da importante do projeto. Manifestou apoio ao posicionamento da ABIGRAF.

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.